

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.567 - PR (2016/0332649-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE** : ANTONIO CASADO GARICHO  
**RECORRENTE** : BENICIO CIPRIANO DA SILVA  
**RECORRENTE** : CELIO GALACIO  
**RECORRENTE** : JOSIANA PEREIRA DE CASTRO  
**RECORRENTE** : LUCIMAR RABELO  
**RECORRENTE** : LUCINEIA GONCALVES RABELO DOS SANTOS  
**RECORRENTE** : MARCIO RABELO  
**RECORRENTE** : REGINA GONCALVES RABELO  
**RECORRENTE** : ROSILENE APARECIDA DA SILVA  
**RECORRENTE** : VALDIRENE RIBEIRO DA SILVA BOZA  
**RECORRENTE** : VILMA GONCALVES RABELO  
**ADVOGADOS** : THIAGO HAVIARAS DA SILVA - PR052130  
TIAGO SCHROEDER RUSSI E OUTRO(S) - PR052496  
**RECORRIDO** : BRADESCO SEGUROS S/A  
**ADVOGADOS** : ANDERSON HATAQUEIAMA E OUTRO(S) - PR027328  
ANGELINO LUIZ RAMALHO TAGLIARI - PR029486  
**INTERES.** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : AGNALDO MURILO ALBANEZI BEZERRA - PR012722  
PATRICIA FRANCIOLI SUZI SERINO DA SILVA E OUTRO(S) - PR037706

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO HABITACIONAL. APÓLICES DO RAMO PÚBLICO - RAMO 66. COMPROVAÇÃO. INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

É o relatório. Decido.

A matéria está sendo apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 827.996-PR, em sede de repercussão geral (Tema 1.011): "controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza".

Conforme decisão de 5 de outubro de 2018, o Tribunal, por maioria, reputou constitucional a questão e, também por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada.

Ante o exposto, com fulcro no art. 1030, III, do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que o recurso fique sobrestado aguardando o julgamento do Tema n. 1.011 pelo Supremo Tribunal Federal, e, após, sejam adotadas as providências previstas no art. 1040 do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator

